

# JOÃO HELIO MARTINS DE ANDRADE LTDA <joaoheliomartinsdeandradeltda@gmail.com>

# Denúncia de fraude - Recurso administrativo - Pregão Eletrônico nº 016.25-PE-DIV 2 messages

### **DESPACHO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO № 07300014/25/DIV PREGÃO ELETRÔNICO № 016.25-PE-DIV

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Varjota-CE

Interessada (Recorrente): AMORIM COMERCIO DE ALIMENTOS E SERVIÇOS DEMANUTENÇÃO LTDA Interessada (Recorrida): JOÃO HÉLIO MARTINS DE ANDRADE LTDA

Comunico e dou ciência à empresa JOAO HELIO MARTINS DE ANDRADE LTDA, CNPJ n.º 57.316.819/0001-80, na qualidade de licitante habilitada e ora Recorrida, que foi interposto Recurso Administrativo pela empresa AMORIM COMERCIO DE ALIMENTOS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, CNPJ n.º 34.190.958/0001-04, contra a decisão que a habilitou no certame em epígrafe.

O referido Recurso foi apresentado por meio de correio eletrônico, no dia 20 de outubro de 2025, e recebido pelo o setor de licitações e contratos (Setor Competente) no dia 24 de outubro de 2025.

Desta forma, em atenção aos princípios do contraditório e da ampla defesa, e em conformidade com o disposto no Art. 165, inciso II, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021, que estabelece o direito de os demais licitantes apresentarem contrarrazões, intimo a empresa recorrida para, querendo, apresentar suas Contrarrazões ao recurso interposto no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da ciência deste Despacho.

As Contrarrazões deverão enviadas por meio do seguinte e-mail: <a href="mailto:pregaoeletronicovarjota@">pregaoeletronicovarjota@</a> <a href="mailto:hotmail.com">hotmail.com</a>, ou presencialmente no endereço: Av. Presidente Castelo Branco, Acampamento, 1744 respeitando o prazo e a forma estabelecida neste instrumento e no Edital.

A íntegra do Recurso Administrativo encontra-se anexa a este e-mail.

Por gentileza, confirme o recebimento.

Atenciosamente,

Francisco César Farias de Aquino. Agente de Contratação/Pregoeiro.

### 2 attachments

documento (1) jh.pdf 27387K

Recurso Administrativo - Amorim.pdf

**RECEBIDO** 

[Quoted text hidden]



# Contrarrazões ao Recurso Administrativo

# Pregão Eletrônico nº 016.25-PE-DIV

### Processo Administrativo nº 07300014/25/DIV

**Objeto:** Aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Varjota-CE

Recorrida: JOÃO HÉLIO MARTINS DE ANDRADE LTDA.

**Recorrente:** AMORIM COMERCIO DE ALIMENTOS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA

Contrarrazões ao recurso interposto contra a decisão que declarou a Recorrida vencedora dos Lotes I, II, III, V, VI, VII e VIII, alegando supostos indícios de fraude e falha sistêmica na manifestação de intenção de recorrer.

A empresa JOÃO HÉLIO MARTINS DE ANDRADE LTDA., já devidamente qualificada nos autos, por meio de seu representante legal, apresenta as presentes CONTRARRAZÕES ao Recurso Administrativo interposto pela licitante AMORIM COMERCIO DE ALIMENTOS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA, buscando a manutenção da decisão do Pregoeiro que a declarou vencedora do certame.

# DA TEMPESTIVIDADE E DO CABIMENTO

Considerando que o prazo para apresentação das contrarrazões de recurso é de 03 (três) dias úteis, conforme estabelecido na LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, estabelece:

"Art. 165...

- I Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:
- I recurso, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:
- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;



e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração; II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

(...)

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

Por fim, vale ressaltar também que o subitem 9.7 do instrumento convocatório, concede o prazo previsto em Lei para apresentação de contrarrazões:

"9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses."

Considerando que fomos intimados dia 24/10/2025 por meio de e-mail a se manifestar sobre as razões recursais, uma vez que o termo final do prazo se dá em 29/10/2025, razão pela qual deve conhecer e julgar a presente peça.

Devidamente comprovada a tempestividade e o cabimento da contrarrazão, requer o recebimento do presente para o seu devido processamento e apreciação legal.

# 1. Preliminarmente: Do não Conhecimento do Recurso por Intempestividade e Inobservância da Forma Legal

A Recorrente alega que o campo próprio para manifestação de intenção de recurso não foi habilitado por "provável falha sistêmica" e que manifestou sua intenção via *chat* da sessão pública, dentro do prazo legal. O Pregoeiro, por sua vez, informou que a manifestação fosse realizada no campo próprio do sistema.

É imperioso destacar que o Art. 165 da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos - NLLCA), que rege o presente Pregão Eletrônico, estabelece que a intenção de recorrer, contra o julgamento das propostas ou a habilitação/inabilitação, deve ser manifestada **imediatamente, sob pena de preclusão**. Em certames eletrônicos, o



campo próprio do sistema é a forma legalmente estabelecida para garantir o rito, a segurança e o registro formal do ato.

O próprio edital estabelece a forma de encaminhamento, vejamos:

• "9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema."

Em procedimentos eletrônicos, a manifestação de intenção de recurso se dá em campo próprio do sistema, o que é de conhecimento de todos os licitantes e essencial para a segurança e formalidade do certame. A manifestação via *chat*, conforme a própria Recorrente anexa, foi:

• "Registro o interesse em manifestar recurso contra a habilitação da empresa João hélio".

Não se pode presumir "falha sistêmica" sem comprovação inequívoca, devendo o licitante seguir as regras procedimentais do sistema eletrônico, que é o meio legalmente previsto para a prática dos atos processuais. O sistema eletrônico tem por objetivo promover a celeridade e a segurança do certame.

A manifestação via *chat*, conforme a própria Recorrente anexa ("Registro o interesse em manifestar recurso contra a habilitação da empresa João hélio"), não substitui o ato formal e vinculante de manifestação no campo específico do sistema. A segurança e a formalidade do certame eletrônico exigem a observância do procedimento estabelecido.

Apesar da invocação do **Princípio da Instrumentalidade das Formas**, este princípio não pode ser invocado para chancelar a inobservância de formalidade essencial e expressamente exigida pela Lei e pelo sistema, especialmente quando o ato é tempestivo, mas praticado em local inadequado e que não garante o devido registro formal de acordo com o rito processual. A inobservância da forma legal só é relativizada quando a finalidade essencial do ato é alcançada, sem prejuízo à segurança jurídica e à isonomia. No caso, a manifestação extemporânea ao campo próprio no sistema pode prejudicar o rito e a contagem dos prazos, tornando-se, portanto, um vício formal grave.

O **Princípio da Instrumentalidade das Formas** não pode ser invocado para validar um ato que compromete o rito processual e a segurança jurídica. O ato é válido se, embora realizado de outro modo, atinge sua finalidade sem prejuízo a terceiros. No caso, a ausência de manifestação no campo próprio pode gerar incerteza quanto à preclusão e à correta notificação dos demais participantes.



Portanto, por não ter sido realizada no campo próprio do sistema, a manifestação da intenção de recorrer é juridicamente inexistente para fins de interposição do recurso, e, em consequência, o **não conhecimento** do presente Recurso Administrativo por intempestividade/preclusão.

### 2. No Mérito: Da Improdutência das Alegações de Fraude Documental e Colusão

Caso o recurso seja conhecido, a Recorrida refuta as alegações de "fraude documental e conluio" como totalmente improcedentes e desprovidas de qualquer comprovação fática.

Apenas a título de argumentação e em observância ao princípio da ampla defesa, a Recorrida refuta veementemente as alegações de "fraude documental e conluio entre particulares e agentes públicos".

- Atestados de Capacidade Técnica: A Recorrida esclarece que o atestado de capacidade técnica atesta a experiência prévia ou, em determinados casos, a aptidão para a execução do objeto. A emissão do atestado após a assinatura do contrato, mas antes da emissão da primeira nota fiscal, não configura, por si só, fraude documental. O que é relevante para o atestado é a aptidão técnica e a correta descrição dos serviços/fornecimentos para os quais a empresa se habilitou, cabendo à Administração, em diligência, verificar a veracidade das informações e a compatibilidade do objeto.
- Ausência de Provas de Fraude ou Colusão: As alegações de "fortes indícios de fraude documental" e "conluio" são meras suposições desacompanhadas de qualquer prova concreta. A Recorrente se limita a apontar datas, sem demonstrar a falsidade do conteúdo dos documentos ou a participação dolosa de qualquer agente público. As acusações de crime de falsidade ideológica (Art. 299 do CP) são levianas e carecem de fundamento.
- Presunção de Legalidade e Boa-Fé: Os atestados e contratos apresentados pela Recorrida gozam da presunção de legalidade e veracidade. Cabe à Recorrente o ônus de provar a fraude, o que não foi feito. O processo licitatório não pode ser paralisado por meras ilações ou "notícia-crime" sem sustentação fática ou documental.

A Recorrente baseia sua suspeita na cronologia de aquisição de atestados de capacidade técnica, alegando que os serviços teriam sido executados *após* a emissão do atestado. Essa alegação é **FALSA**, e a Recorrida, em respeito à verdade material, apresenta o devido esclarecimento, que descaracteriza qualquer indício de fraude:



# a) Da Execução Prévia Comprovada e Da Inconsistência da Alegação de Fraude:

As alegações de fraude nos atestados, inclusive os referentes a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE VARJOTA., decorrem de uma confusão entre o momento da execução do serviço/fornecimento e a data de faturamento (emissão da NF-e).

- 1. Execução Comprovada: A Recorrida esclarece que o fornecimento de gêneros alimentícios e a execução do contrato já havia sido iniciado e faturado em data ANTERIOR à emissão do respectivo Atestado de Capacidade Técnica. A Recorrente baseou sua linha do tempo apenas nas últimas Notas Fiscais anexadas à habilitação. A Recorrida, em respeito à verdade material e em anexo a estas Contrarrazões, apresenta as Notas Fiscais de faturamento mais antigas (fevereiro), que comprovam a execução dos fornecimentos em data anterior à emissão do Atestado. O erro da Recorrente foi presumir que a primeira nota fiscal anexada era a primeira nota fiscal emitida.
- 2. Validade do Atestado: O Atestado de Capacidade Técnica tem por finalidade certificar a experiência prévia e a capacidade técnico-operacional da licitante, sendo a prova da execução o que realmente importa para o certame, e não a mera data de um documento fiscal acessório.

O atestado de capacidade técnica, embora seja o documento formal de comprovação, serve para certificar a experiência **previamente adquirida**. A suspeita da Recorrente surgiu porque, no momento da habilitação, a Recorrida anexou apenas as últimas Notas Fiscais relativas ao contrato atestado pela **Secretaria de Educação**.

CONTUDO, conforme Notas Fiscais que se seguem anexas a estas Contrarrazões, o fornecimento dos produtos REFERENTES AO CONTRATO QUE GEROU O ATESTADO foram iniciados e faturados em datas ANTERIORES à emissão do referido atestado.

O que ocorreu, na verdade, foi uma mera discrepância na escolha dos documentos fiscais inicialmente apresentados, que não reflete a realidade da execução contratual. As Notas Fiscais mais antigas, com data anterior ao Atestado, comprovam de forma inequívoca que o serviço foi efetivamente prestado antes da certificação.

Em relação a alegação de que a empresa foi constituída em prazo "extremamente curto" e, mesmo assim, obteve atestados de capacidade técnica não é, por si só, um problema ou motivo para inabilitação, desde que a documentação apresentada cumpra todos os requisitos exigidos pelo edital e pela legislação vigente, notadamente a Lei nº 14.133/2021.



A justificativa para a regularidade da situação se baseia nos seguintes pontos:

# Foco na Capacidade, Não na Idade da Empresa

O objetivo da comprovação de capacidade técnica é assegurar que a licitante possui os meios e a experiência necessários para executar o objeto contratado, conforme o Art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

- Experiência Comprovada: O que se exige são os atestados de execução de fornecimentos/serviços/obras anteriores que demonstrem aptidão. A data de constituição do CNPJ da empresa é um dado administrativo, mas não é o foco da qualificação técnica.
- Irrelevância da Data de Fundação: A lei não estabelece um tempo mínimo de existência para que uma empresa possa participar de licitações. Exigir um prazo mínimo de constituição sem justificativa técnica plausível seria uma restrição indevida à competitividade, em desacordo com o princípio da isonomia e com o ditames da Lei nº 14.133/2021.

Não há, no ordenamento jurídico licitatório (Lei nº 14.133/2021), vedação à participação ou habilitação de empresa recém-constituída. A capacidade de uma licitante é avaliada pela qualificação técnica demonstrada (pelos atestados e acervos técnicos), e não pelo tempo de vida do seu CNPJ.

Se a empresa apresentou a documentação de habilitação completa e os atestados comprovaram a aptidão técnica exigida no edital, a sua habilitação está plenamente justificada.

A situação descrita, embora incomum na cronologia, **não configura, por si só, ilegalidade** na licitação e pode ser integralmente justificada sob a ótica da **natureza do objeto (pronta entrega/fornecimento de bens)** e da finalidade da comprovação de capacidade técnica, conforme a Lei n.º 14.133/2021.

Destarte informar que os contratos com as empresas FRANCISCO MESQUITA MARTINS-ME (11/10/2024) e FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA ROCHA LTDA (14/11/2024) eram de **pronta entrega**, neste caso o início do fornecimento ocorreu **imediatamente** após a assinatura dos contratos.

Em se tratando de fornecimento imediato ou de curta duração (pronta entrega), o atestado de capacidade técnica pode e foi emitido no mesmo dia, logo após a celebração do contrato, pois a capacidade técnica pode ser comprovada pela própria imediatez da



entrega ou pela conclusão rápida do objeto, mesmo que a Nota Fiscal (NF-e) seja emitida posteriormente.

Ao contrário de obras e serviços complexos (que exigem medição progressiva), o fornecimento de bens pode ser de pronta entrega ou entrega imediata/única. O atestado comprova que a empresa tinha a capacidade de realizar o fornecimento naquele momento. Se a natureza do contrato particular firmado (com as empresas RANCISCO MESQUITA MARTINS-ME e FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA ROCHA LTDA) era de fornecimento imediato de bens (pronta entrega), a emissão do atestado poderia se dar logo após a entrega do produto ou mesmo mediante a mera comprovação de que a empresa fornecedora detinha o estoque e a capacidade operacional de cumprir o objeto, sem a necessidade de aguardar meses de execução.

A emissão do atestado atestaria a **aptidão** da empresa para o fornecimento, que é a essência do requisito de qualificação técnica. O fato de o contrato ter sido firmado e o fornecimento ter sido considerado apto já justificaria a emissão do atestado, mesmo que a comprovação fiscal da entrega (a NF-e) tenha data posterior.

O Atestado de Capacidade Técnica visa comprovar a experiência prévia na execução de objeto similar. O fornecimento iniciou foi concluído de forma célere, o que caracterizou a execução que autoriza o atestado.

# b) Da Legalidade da Emissão de Nota Fiscal em Período Posterior à Execução:

É fundamental justificar que a emissão da Nota Fiscal (NF-e) em data posterior ao fornecimento de bens ou à prestação de serviços não configura qualquer ilegalidade ou fraude, sendo prática comum e legalmente aceita no sistema tributário brasileiro:

- Inexistência de Prazo Legal Rígido: A legislação tributária brasileira (federal e estadual/municipal) não estabelece, em regra, um prazo único e rígido para a emissão da Nota Fiscal após a conclusão do fornecimento de um bem ou da prestação de um serviço.
- Obrigações Acessórias e Fato Gerador: A NF-e é um documento fiscal obrigatório, mas possui caráter de obrigação acessória, destinada a registrar a operação e apurar os impostos. O que determina a validade da operação e a capacidade técnica é a ocorrência do fato gerador, ou seja, a entrega efetiva do bem ou a conclusão do serviço.
- Conclusão Jurídica: Uma vez que as Notas Fiscais anexas comprovam que a execução do contrato (o fato gerador) ocorreu em data anterior à emissão do



Atestado, o requisito de **comprovação de experiência prévia** foi plenamente atendido. A divergência na data de faturamento das notas fiscais — que podem ser emitidas legalmente após o fornecimento — é uma mera formalidade fiscal que não afeta a **verdade material** da execução do contrato.

A alegação da Recorrente é, portanto, insubsistente e deve ser afastada, em observância ao **Princípio do Formalismo Moderado** (TCU, Acórdão 357/2015-Plenário), que prioriza o interesse público na contratação da proposta mais vantajosa em detrimento de supostas falhas formais.

# c) Da Aplicação do Princípio do Formalismo Moderado:

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU, a exemplo do Acórdão 357/2015-Plenário) é pacífica no sentido de que a Administração Pública deve pautar-se pelo **Princípio do Formalismo Moderado**, promovendo a **prevalência do conteúdo (a execução do objeto) sobre o formalismo extremo (a data de emissão do Atestado)**.

Se o objeto contratado foi efetivamente entregue, conforme comprovam as documentações apresentadas, a finalidade do requisito de habilitação (comprovar experiência) foi plenamente atingida. A suposta falha formal na cronologia do documento não justifica a desclassificação da proposta mais vantajosa para a Administração, sob pena de violação ao interesse público e ao princípio da eficiência.

Reforçamos que a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) é um documento de natureza fiscal e contábil, cuja emissão está sujeita a prazos e rotinas burocráticas. O que comprova a capacidade técnica é a **execução do fornecimento**, e não o momento exato do faturamento. A execução (a entrega dos gêneros alimentícios) ocorreu de forma imediata, conforme o regime de pronta entrega, antes ou simultaneamente à emissão do atestado. A emissão da NF-e (21/11/2024 e 25/11/2024) em data posterior aos atestados (11/10/2024 e 14/11/2024) é uma mera formalidade fiscal que não invalida a execução prévia do contrato nem o atestado de capacidade técnica, que reflete a realidade do fornecimento.

Para sustentar e comprovar essa argumentação, **declarações** confirmando a veracidade dos documentos apresentados e o efetivo fornecimento por parte das empresas FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA ROCHA LTDA e FRANCISCO MESQUITA MARTINS-ME estão sendo anexadas **junto às presentes contrarrazões**.

# d) Ausência de Provas de Fraude ou Colusão:



As alegações de "fortes indícios de fraude documental" e "conluio" são meras ilações da Recorrente que não se sustentam diante da comprovação da execução dos serviços. As acusações são graves, infundadas e servem apenas para tentar tumultuar o certame e desclassificar a proposta que se sagrou vencedora por mérito.

**Alegações Baseadas em Presunção**: A Recorrente baseia sua acusação de fraude documental e conluio unicamente na sequência temporal das datas de constituição da empresa (17/09/2024), assinatura dos contratos (11/10/2024 e 14/11/2024), emissão dos atestados (11/10/2024 e 14/11/2024) e a emissão das Notas Fiscais (NF-e) (21/11/2024 e 25/11/2024).

Ausência de Prova do Dolo: A Recorrente alega "fortes indícios de fraude documental e conluio", inclusive mencionando o crime de falsidade ideológica e envolvimento de agentes públicos. Contudo, não foi anexado nenhuma prova material que demonstre o dolo, o prejuízo, o conluio, ou a falsidade das informações contidas nos atestados. A simples cronologia das datas, por si só, não configura fraude, mas sim uma interpretação possível de uma transação lícita (pronta entrega).

**Legalidade da Comprovação de Capacidade:** A aptidão técnica da empresa para fornecimento de gêneros alimentícios foi comprovada por meio de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito privado (FRANCISCO MESQUITA MARTINS-ME e FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA ROCHA LTDA) e pela Administração Pública (Prefeitura de Varjota-CE).

Anexação de Prova da Execução: Conforme justificado nas contrarrazões, a veracidade dos documentos e o efetivo fornecimento foram confirmados. Estão sendo anexadas junto às contrarrazões declarações das empresas contratantes que confirmam a veracidade dos atestados e a real execução dos contratos de fornecimento. Essas declarações comprovam que, de fato, houve fornecimento, refutando a tese de que os atestados foram emitidos "sem que mesmo tenham sido fornecidos", no tocante ao Atestado emitido pela Secretaria de Educação de Varjota-CE, foram anexadas notas ficais emitidas anterior (fevereiro) a data do atestado (março).

**Ônus da Prova:** O ônus de provar a fraude ou conluio recai sobre o Recorrente. A simples presunção de que a Recorrida obteve os atestados em prazo curto é uma suposição que não se sustenta diante da prova do fornecimento imediato e conforme documentações apresentadas em anexo.



**Princípio da Boa-Fé:** Na ausência de prova incontestável de fraude, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio da boa-fé objetiva dos licitantes, priorizando a legalidade dos documentos apresentados.

Portanto, a alegação da Recorrente deve ser indeferida por ser meramente presuntiva, desacompanhada de prova robusta e contrariada pela documentação (incluindo as declarações e notas fiscais anexadas) que atesta a efetiva execução dos contratos e a veracidade dos atestados de capacidade técnica.

### 3. Dos Pedidos

Diante do exposto, a Recorrida requer:

a) Em sede de preliminar, o **NÃO CONHECIMENTO** do Recurso Administrativo, por intempestividade e inobservância da forma legal para manifestação da intenção de recorrer. b) No mérito, caso conhecido, o **INDEFERIMENTO** integral do recurso, mantendo-se a decisão que declarou a Recorrida vencedora dos Lotes I, II, III, V, VI, VII e VIII, ante a ausência de comprovação das alegadas fraudes e colusão. c) A continuidade do procedimento licitatório, com a imediata homologação do resultado do Pregão Eletrônico nº 016.25-PE-DIV, em observância ao princípio da celeridade.

Nestes termos, pede o indeferimento.

JOAO HELIO MARTINS JOAO HELIO MARTINS
DE ANDRADE

LTDA:57316819000180

DE outubro de 2025.

JOAO HELIO MARTINS
DE ANDRADE

LTDA:57316819000180

JOÃO HÉLIO MARTINS DE ANDRADE LTDA CNPJ N° 57.316.819/0001-80 JOÃO HÉLIO MARTINS DE ANDRADE Responsável Legal



# DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE FORNECIMENTO

# E VERACIDADE DE DOCUMENTOS

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE (Contratante): Razão Social: FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA ROCHA LTDA, CNPJ: 22.669.509/0002-45, Endereço: Rua Professor Otavio Lobo Terceiro de Farias, nº 63, bairro Afonso Walter, Santa Quitéria-CE – CEP: 62.280-000.

IDENTIFICAÇÃO DA EXECUTORA (Atestada/Contratada): Razão Social: JOÃO HÉLIO MARTINS DE ANDRADE LTDA, CNPJ: 57.316.819/0001-80, Endereço: Av. Tabeliã e Prefeita Maria Arlinda de Paula Lobo, nº 203, Centro, Santa Quitéria-CE – CEP: 62.280-000.

# OBJETO DA DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins de comprovação de qualificação técnica e em atendimento ao princípio da veracidade dos fatos, o que segue:

- 1. EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO (Pronta Entrega): Confirmamos que a empresa JOÃO HÉLIO MARTINS DE ANDRADE LTDA executou satisfatoriamente o fornecimento de Gêneros Alimentícios, conforme previsto no Contrato firmado em 14/11/2024.
- REGIME DE CONTRATAÇÃO: Esclarecemos que o referido fornecimento foi realizado sob o
  regime de Pronta Entrega/Entrega Imediata, o que permitiu a comprovação da capacidade
  técnica operacional da empresa em um curto lapso temporal após a constituição formal e na mesma
  data do contrato (14/11/2024).
- 3. VERACIDADE DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA: Declaramos, sob as penas da Lei, que as informações contidas no Atestado de Capacidade Técnica emitido em 14/11/2024 são integralmente verdadeiras e autênticas, refletindo fielmente o desempenho da empresa JOÃO HÉLIO MARTINS DE ANDRADE LTDA na execução do objeto contratado, com qualidade e quantidade exigidas.
- 4. CRONOLOGIA DO FATO GERADOR: Reiteramos que a data do atestado (14/11/2024) corresponde à data da efetiva entrega e aceite final dos produtos (fato gerador da experiência). A emissão da Nota Fiscal em 25/11/2024 é um mero trâmite administrativo de faturamento posterior ao recebimento do objeto e não invalida a comprovação da capacidade técnica que se deu com a entrega e aceitação dos bens.

Por ser a expressão da verdade, e cientes das responsabilidades civis e criminais por declaração falsa, firmamos o presente para que produza seus legítimos efeitos.

E Joiio Seioio

Santa Quitéria-CE, 27 de outubro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS RARROSA ROCHA I TOA

CNPJ: 22.66

CARTORIO FERNANDES - SANTA QUITERIA CARTORIO SEGUNDO OFICIO
TABELIÃO: WALDEMIRO GOMES FILHO
LUA CORONEL MANOEL ALVES, 345 - CENTRO - SANTA QUITERIA/CE - CEP:62.280-000
Fone: (088) 99807-9186 - E-mail: cartoriofemandes2@gmail.com

Reconheço a assinatura por SEMELHANÇA de: FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA ROCHA

De que dou fé SANTA QUITERIA, 28 de outubro de 2025

WALDEMIRO GOMES FILHO

A BU214525-K5M9

RAZÃO SOCIAL: FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA ROCHA LTD/ CNPJ №. 22.669.509/0002-45 RUA PROF OTAVIO TERCEIRO DE FARIAS, 63 – ALFONSO WALTEI

SANTA QUITÉRIA - CE

# FRANCISCO MESQUITA MARTINS-ME / CNPJ № 08.061.452/0001-95 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 061.953.091 ENDEREÇO: RUA CEL CORNEL MANOEL ALVES – SANTA QUITERIA- CE

# DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE CAPACIDADE TÉCNICA E CUMPRIMENTO CONTRATUAL

A empresa FRANCISCO MESQUITA MARTINS-ME, inscrita no CNPJ nº 08.061.452/0001-95, estabelecida na Rua Coronel Manuel Alves nº 550, Centro, Santa Quitéria-CE, por meio de seu representante legal, o Sr. Franscisco Mesquita Martins. Declara, para a devida comprovação de Qualificação Técnico-Operacional e para os fins que se fizerem necessários, o que segue sobre o vínculo contratual entre as partes:

- 1. VÍNCULO CONTRATUAL E OBJETO: Confirmamos a celebração de Contrato de Fornecimento em 11/10/2024, tendo como objeto o fornecimento de Gêneros Alimentícios.
- 2. CONFIRMAÇÃO DA ENTREGA E ACEITE: A empresa JOÃO HÉLIO MARTINS DE ANDRADE LTDA, CNPJ Nº 57.316.819/0001-80 realizou a entrega dos bens contratados de forma rápida e integral na data do contrato (11/10/2024), sendo os produtos inspecionados, conferidos e aceitos de forma imediata por esta Contratante (FRANCISCO MESQUITA MARTINS ME).
- 3. JUSTIFICATIVA DA CRONOLOGIA DOS DOCUMENTOS: O Atestado de Capacidade Técnica, também datado de 11/10/2024, foi emitido com base na efetiva e imediata comprovação da capacidade de fornecimento (pronta entrega) demonstrada pela Contratada no ato da entrega e aceite dos produtos. A posterior emissão da Nota Fiscal (21/11/2024) refere-se apenas ao ciclo financeiro e contábil, e não ao marco temporal da execução e conclusão do fornecimento, que ocorreu em 11/10/2024.
- 4. RECONHECIMENTO DE CAPACIDADE TÉCNICA: Reconhecemos que, apesar do curto período de constituição da empresa, a empresa JOÃO HÉLIO MARTINS DE ANDRADE LTDA demonstrou total aptidão, diligência e capacidade técnico-operacional para o fornecimento do objeto, cumprindo todas as exigências de qualidade e prazo.

**CERTIFICAMOS A VERACIDADE:** Certificamos a veracidade e a autenticidade das informações contidas no Atestado de Capacidade Técnica emitido, e declaramos que a execução contratual foi cumprida a contento, não havendo restrições que desabonem a idoneidade da Contratada.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração sob total responsabilidade legal.

Santa Quitéria-Ceará, 27 de outubro de 2025.

FRANCISCO MESQUITA MARTINS - ME

CNPJ Nº 08.061.452/0001-95

1ESQUITA MARTINS PRIETÁRIO

CARTORIO FERNANDES - SANTA QUITERIA CARTORIO SEGUNDO OFICIO

Fone: (088) 99807-9186 - E-mail: cartoriofemandes2@gmail.com

Reconheço a assinatura por SEMELHANÇA de:

FRANCISCO MESQUITA MARTINS

SANTA QUITERIA, 28 de outubro de 2025

ABU214524-L6N

L CORNEL MANOEL ALVES
QUITERIA- CE

RECEBEMOS DE JOAO HELIO MARTINS DE ANDRADE L'TDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 21/02/2025 VALOR TOTAL: R\$ 15.054,72 DESTINATÁRIO: MUNICIPIO DE VARJOTA - R ARTUR RAMOS, 232 CENTRO

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

VENDA DE MERCADORIA

NF-e

Nº. 000.000.009 Série 001

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

## JOAO HELIO MARTINS DE ANDRADE LTDA

AV TABELIA E PREFEITA MARIA ARLINDA DE PAULA LOBO, 203 SENADOR FRANCISCO MENESES PIMENTEL - 62280-000 Santa Quiteria - CE Fone/Fax: 8521804355

# **DANFE**

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA 1 - SAÍDA



Nº. 000.000.009 Série 001 Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT

### 2325 0257 3168 1900 0180 5500 1000 0000 0910 2001 0034

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 223250018293770 - 21/02/2025 10:22:10

072155205 57.316.819/0001-80 DESTINATÁRIO / REMETENTE CNPJ / CPF DATA DA EMISSÃO NOME / RAZÃO SOCIAL 07.673.114/0001-41 MUNICIPIO DE VARJOTA 21/02/2025 BAIRRO / DISTRITO ENDERECO DATA DA SAÍDA/ENTRADA R ARTUR RAMOS, 232 **CENTRO** 62265-000 21/02/2025 MUNICÍPIO FONE / FAX ÎNSCRIÇÃO ESTADUAL HORA DA SAÍDA/ENTRADA Varjota CE 069206473 10:10:00

PA	GAMENTO	

Forma Outros Valor R\$ 15.054,72

NATUREZA DA OPERAÇÃO

INSCRIÇÃO ESTADUAL

CÁLCULO DO IMI	
BASE DE CÁLC DO ICMS	YVALOR DO ICMS

	BASE DE CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	V. FCP UF DEST.	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS				
Ц	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.054,72				
П	VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA				
H	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.054,72				
١,	TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS												

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS  NOME / RAZÃO SOCIAL  FRETE  9-Sen			CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF	
ĺ	ENDEREÇO			MUNICÍPIO		UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ĺ	QUANTIDADE	ITIDADE ESPÉCIE MARCA		NUMERAÇÃO PESO BRUTO			PESO LÍQUIDO

DADOS DOS PR	ODUTOS / SERVIÇOS													
CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR DESC	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI
01	ALHO AMASSADO SEM SAL 410G	07032090	060	5405	UND	18,0000	24,5000	441,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
02	ARROZ BRANCO TIPO 1 LONGO FINO 1KG	10063021	060	5405	KG	70,0000	8,2000	574,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
03	ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1 LONGO FINO 1KG	10063021	060	5405	KG	102,0000	8,4000	856,80	0,00	0,00	0,00		0,00	
04	CARNE BOVINA 1°MOÍDA CONGELADA 1KG	16010000	060	5405	KG	57,0000	37,0000	2.109,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
05	CARNE DE SUÍNO CONGELADA	02063000	060	5405	KG	61,0000	35,5000	2.165,50	0,00	0,00	0,00		0,00	
06	COLORÍFICO 100G	21039021	060	5405	PCT	61,0000	1,5000	91,50	0,00	0,00	0,00		0,00	
07	CURAU COM FLOCOS DE MILHO	19019090	060	5405	KG	32,0000	26,5000	848,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
08	FARINHA DE TRIGO 1KG	11010010	060	5405	KG	13,0000	10,0000	130,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
09	FEIJÃO BRANCO 1KG	07133329	060	5405	KG	15,0000	12,0000	180,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
10	FLOCÃO DE MILHO 400G	11041900	060	5405	PCT	179,0000	2,5000	447,50	0,00	0,00	0,00		0,00	
11	LEITE EM PÓ INTEGRAL 500G	04022110	060	5405	PCT	39,0000	38,4000	1.497,60	0,00	0,00	0,00		0,00	
12	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE 400G	19021900	060	5405	PCT	231,0000	5,4000	1.247,40	0,00	0,00	0,00		0,00	
13	MILHO VERDE 170 GRS	20058000	_ 060 _	5405	UND	22,0000	8,4000	184,80	0,00	0,00	0,00		0,00	L
14	ÓLEO DE SOJA REFINADO 900ML	15079019	060	5405	GRF	14,0000	17,2000	240,80	0,00	0,00	0,00	l	0,00	L
15	PEITO DE FRANGO COM OSSO 1KG	02071411	_ 060 _	5405	KG	157,0000	24,5000	3.846,50	0,00	0,00	0,00		0,00	L
16	SAL REFINADO IODADO 1KG	25010020	060	5405	KG	12,0000	1,8600	22,32	0,00	0,00	0,00		0,00	L
17	TEMPERO COMPLETO SEM PIMENTA	21039021	_ 060 _	5405	UND	15,0000	8,0000	120,00	0,00	0,00	0,00		0,00	L
18	VINAGRE DE ÁLCOOL 500ML	22090000	060	5405	UND	13,0000	4,0000	52,00	0,00	0,00	0,00		0,00	L

DADOS ADICIONAIS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS ATRAVÉS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLÁR - PNAE E SEUS PROGRAMAS RELACIONADOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICIPIO DE VARJOTA - CE. Valor Aproximado dos Tributos : R\$ 0,00

RECEBEMOS DE JOAO HELIO MARTINS DE ANDRADE L'IDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 21/02/2025 VALOR TOTAL: R\$ 109.513,82 DESTINATÁRIO: MUNICIPIO DE VARJOTA - R ARTUR RAMOS, 232 CENTRO Varjota-CE

DATA DE RECEBIMENTO

NATUREZA DA OPERAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

VENDA DE MERCADORIA

NF-e

N°. 000.000.008 Série 001

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

## JOAO HELIO MARTINS DE ANDRADE LTDA

AV TABELIA E PREFEITA MARIA ARLINDA DE PAULA LOBO, 203 SENADOR FRANCISCO MENESES PIMENTEL - 62280-000 Santa Quiteria - CE Fone/Fax: 8521804355

### **DANFE**

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA 1 - SAÍDA



N°. 000.000.008 Série 001 Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

2325 0257 3168 1900 0180 5500 1000 0000 0810 2001 0037

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

223250018284120 - 21/02/2025 10:09:24

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

INSCRIÇÃO ESTADUAL INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT 072155205 57.316.819/0001-80 DESTINATÁRIO / REMETENTE CNPJ / CPF DATA DA EMISSÃO NOME / RAZÃO SOCIAL MUNICIPIO DE VARJOTA 07.673.114/0001-41 21/02/2025 BAIRRO / DISTRITO DATA DA SAÍDA/ENTRADA ENDERECO R ARTUR RAMOS, 232 62265-000 21/02/2025 CENTRO ÎNSCRIÇÃO ESTADUAL FONE / FAX HORA DA SAÍDA/ENTRADA MUNICÍPIO <u>Varjota</u> CE 069206473 09:56:00 CÁLCULO DO IMPOSTO V. IMP. IMPORTAÇÃO V. ICMS UF REMET. V. FCP UF DEST. VALOR DO PIS VALOR DO ICMS BASE DE CÁLC, ICMS S.T. VALOR DO ICMS SUBST. V. TOTAL PRODUTOS BASE DE CÁLC. DO ICMS 0,00 0,00 <u>0,</u>00 109.513,82 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 VALOR DO SEGURO VALOR DO FRETE DESCONTO OUTRAS DESPESAS VALOR TOTAL IPI V. ICMS UF DEST. V. TOT. TRIB VALOR DA COFINS V. TOTAL DA NOTA

0.00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0.00 109.513,82 TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS PLACA DO VEÍCULO UF CNPL / CPE NOME / RAZÃO SOCIAL RETE CÓDIGO ANTT 9-Sem Transporte ENDERECO MUNICÍPIO HE INSCRIÇÃO ESTADUAL OUANTIDADE ESPÉCIE MARCA NUMERAÇÃO PESO BRUTO PESO LÍOUIDO

JUANTIDADE ESPECIE MARCA NUMERAÇÃO PESO BRUTO PESO LIQUIDO

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS VALOR DESC B.CÁLC VALOR VALOR VALOR VALOR IPI ALÍQ ICMS CÓDIGO PRODUTO DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVICO NCM/SH O/CST CFOP UN OUANT TOTAL ACHOCOLATADO EM PÓ 18061000 060 5405 KG 54,0000 35,0000 1.890,00 0,00 0,00 0,00 0,00 01 AÇÚCAR CRISTAL BRANCO 1KG 17019900 060 5405 KG 228,0000 6,1000 1.390,80 0,00 0,00 0,00 0,00 02 03 ALHO AMASSADO SEM SAL 410G 07032090 060 5405 UND 57,0000 24,5000 1.396,50 0,00 0,00 0,00 0,00 04 ARROZ BRANCO TIPO 1 LONGO FINO 1KG 10063021 060 5405 KG 293,0000 8,2000 2.402,60 0,00 0,00 0,00 0,00 05 ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1 LONGO FINO 5405 338,0000 0,00 0,00 0,00 10063021 060 KG 8.4000 2.839,20 0,00 06 BEBIDA LÁCTEA COM POLPA DE FRUTA 22029900 060 5405 UND 511,0000 9,5000 4.854,50 0,00 0.00 0,00 0,00 07 **BISCOITO DOCE 350G** 19053100 060 5405 PCT 830,0000 8,0000 6.640,00 0,00 0,00 0,00 0,00 08 BISCOITO TIPO CREAM CRACKER 350GRS 19053100 060 5405 1.019,0000 8,0000 8.152,00 0,00 0,00 0,00 0,00 PCT 7.992,00 09 CARNE BOVINA 1ºMOÍDA CONGELADA 1KG 16010000 060 5405 KG 216,0000 37,0000 0.00 0.00 0,00 0,00 0,00 10 CARNE DE SUÍNO CONGELADA 02063000 060 5405 KG 282,0000 35,5000 10.011,00 0.00 0.00 0.00 COLORÍFICO 100G 21039021 060 5405 205,0000 1,5000 307,50 0,00 0,00 0,00 0,00 11 PCT CURAU COM FLOCOS DE MILHO 12 19019090 060 5405 KG 147,0000 26,5000 3.895.50 0,00 0,00 0,00 0,00 11010010 FARINHA DE TRIGO 1KG 060 5405 32,0000 10,0000 320,00 0,00 0,00 0,00 0,00 13 KG FEIJÃO BRANCO 1KG 07133329 5405 120,0000 12,0000 1.440,00 0,00 0,00 0,00 0,00 14 060 KG 15 FILÉ DE PEIXE DE ÁGUA DOCE CONGELADO 03044600 060 5405 KG 160,0000 46,0000 7.360,00 0,00 0,00 0,00 0,00 756,0000 0,00 0,00 16 FLOCÃO DE MILHO 400G 11041900 060 5405 PCT 2,5000 1.890.00 0,00 0.00 LEITE EM PÓ INTEGRAL 500G 04022110 060 5405 PCT 377,0000 38,4000 14.476,80 0,00 0,00 0,00 0,00 17 18 MACARRÃO TIPO ESPAGUETE 400G 19021900 060 5405 PCT 1.033,0000 5,4000 5.578,20 0,00 0,00 0,00 0,00 MARGARINA 500G 15171000 5405 UND 13,0000 10,5000 136,50 0,00 0,00 0,00 0,00 19 060 20 MILHO VERDE 170 GRS 20058000 060 5405 UND 65,0000 8,4000 546,00 0,00 0,00 0,00 0,00  $\bar{21}$ ÓLEO DE SOJA REFINADO 900ML 15079019 060 5405 GRF 101,0000 17,2000 1.737,20 0,00 0,00 0,00 0,00 PEITO DE FRANGO COM OSSO 1KG 02071411 060 5405 KG 959,0000 24,5000 23.495,50 0,00 0,00 0,00 0,00 23 SAL REFINADO IODADO 1KG 25010020 5405 KG 57,0000 1,8600 106,02 0,00 0,00 0,00 0,00 060 TEMPERO COMPLETO SEM PIMENTA 24 21039021 060 5405 UND 65,0000 8,0000 520,00 0,00 0,00 0,00 0,00 22090000 VINAGRE DE ÁLCOOL 500ML 5405 UND 4,0000 0,00 060 34,0000 136,00 0.00 0.00 0.00

### DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS ATRAVÉS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE E SEUS PROGRAMAS RELACIONADOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICIPIO DE VARJOTA - CE.

RECEBEMOS DE JOAO HELIO MARTINS DE ANDRADE L'TDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 21/02/2025 VALOR TOTAL: R\$ 20.219,98 DESTINATÁRIO: MUNICIPIO DE VARJOTA - R ARTUR RAMOS, 232 CENTRO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR DATA DE RECEBIMENTO

NF-e

Nº. 000.000.007 Série 001

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

## JOAO HELIO MARTINS DE ANDRADE LTDA

AV TABELIA E PREFEITA MARIA ARLINDA DE PAULA LOBO, 203 SENADOR FRANCISCO MENESES PIMENTEL - 62280-000 Santa Quiteria - CE Fone/Fax: 8521804355

VENDA DE MERCADORIA

# **DANFE**

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA 1 - SAÍDA



Nº. 000.000.007 Série 001 Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT

2325 0257 3168 1900 0180 5500 1000 0000 0710 2001 0030

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

223250018277074 - 21/02/2025 09:55:54

CNPJ / CPI

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

072155205 57.316.819/0001-80 DESTINATÁRIO / REMETENTE DATA DA EMISSÃO CNPJ / CPF NOME / RAZÃO SOCIAL MUNICIPIO DE VARJOTA 07.673.114/0001-41 21/02/2025 BAIRRO / DISTRITO DATA DA SAÍDA/ENTRADA ENDERECO R ARTUR RAMOS, 232 62265-000 21/02/2025 CENTRO FONE / FAX ÎNSCRIÇÃO ESTADUAL HORA DA SAÍDA/ENTRADA MUNICÍPIO <u>Varjota</u> CE 069206473 09:22:00 CÁLCULO DO IMPOSTO V. IMP. IMPORTAÇÃO V. ICMS UF REMET. V. FCP UF DEST. VALOR DO PIS V. TOTAL PRODUTOS BASE DE CÁLC. DO ICMS VALOR DO ICMS BASE DE CÁLC, ICMS S.T. VALOR DO ICMS SUBST.

0,00 0,00 0,00 20.219,98 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 VALOR DO SEGURO VALOR DO FRETE DESCONTO OUTRAS DESPESAS VALOR TOTAL IPI V. ICMS UF DEST. V. TOT. TRIB VALOR DA COFINS V. TOTAL DA NOTA 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 20.219,98 TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS CNPJ / CPF CÓDIGO ANTT PLACA DO VEÍCULO NOME / RAZÃO SOCIAL HE 9-Sem Transporte ENDERECO MUNICÍPIO UF INSCRIÇÃO ESTADUAL

OUANTIDADE ESPÉCIE MARCA NUMERAÇÃO PESO BRUTO PESO LÍOUIDO

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

NATUREZA DA OPERAÇÃO

INSCRIÇÃO ESTADUAL

02		NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR DESC	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍ0 IPI
	AÇÚCAR CRISTAL BRANCO 1KG	17019900	060	5405	KG	46,0000	6,1000	280,60	0,00	0,00	0,00		0,00	
	ALHO AMASSADO SEM SAL 410G	07032090	060	5405_	KG	21,0000	24,5000	514,50	0,00	0,00	0,00		0,00	L
03	ARROZ BRANCO TIPO 1 LONGO FINO 1KG	10063021	060	5405	KG	60,0000	8,2000	492,00	0,00	0,00	0,00		0,00	L
	ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1 LONGO FINO 1KG	10063021	060	5405	KG	67,0000	8,4000	562,80	0,00	0,00	0,00		0,00	
05	BEBIDA LÁCTEA COM POLPA DE FRUTA	22029900	060	5405	UND	74,0000	9,5000	703,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
061	BISCOITO DOCE 350G	19053100	060	5405	PCT	110,0000	8,0000	880,00	0,00	0,00	0,00		0,00	L
07	BISCOITO TIPO CREAM CRACKER 350GRS	19053100	060	5405	PCT	134,0000	8,0000	1.072,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
08	CARNE BOVINA 1ºMOÍDA CONGELADA 1KG	16010000	060	5405	KG	43,0000	37,0000	1.591,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
09	CARNE DE SUÍNO CONGELADA	02063000	060	5405	KG	51,0000	35,5000	1.810,50	0,00	0,00	0,00		0,00	
	COLORÍFICO 100G	21039021	060	5405	PCT	67,0000	1,5000	100,50	0,00	0,00	0,00		0,00	
11	CURAU COM FLOCOS DE MILHO	19019090	060	5405	KG	37,0000	26,5000	980,50	0,00	0,00	0,00		0,00	
12	FARINHA DE TAPIOCA 1KL	19030000	060	5405	KG	24,0000	11,0000	264,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
13	FARINHA DE TRIGO 1KG	11010010	060	5405	KG	17,0000	10,0000	170,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
14	FEIJÃO BRANCO 1KG	07133329	060	5405	KG	15,0000	12,0000	180,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
	FILÉ DE PEIXE DE ÁGUA DOCE CONGELADO 1KG	03044600	060	5405	KG	18,0000	46,0000	828,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
16	FLOCÃO DE MILHO 400G	11041900	060	5405	PCT	143,0000	2,5000	357,50	0,00	0,00	0,00		0,00	
17	LEITE EM PÓ INTEGRAL 500G	04022110	060	5405	PCT	84,0000	38,4000	3.225,60	0,00	0,00	0,00		0,00	
18	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE 400G	19021900	060	5405	PCT	224,0000	5,4000	1.209,60	0,00	0,00	0,00		0,00	
19	MARGARINA 500G	15171000	060	5405	UND	3,0000	10,5000	31,50	0,00	0,00	0,00		0,00	
20	MILHO VERDE 170 GRS	20058000	060	5405	UND	30,0000	8,4000	252,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
21	ÓLEO DE SOJA REFINADO 900ML	15079019	060	5405	GRF	22,0000	17,2000	378,40	0,00	0,00	0,00		0,00	
221	PEITO DE FRANGO COM OSSO 1KG	02071411	060	5405	KG	173,0000	24,5000	4.238,50	0,00	0,00	0,00		0,00	
23	SAL REFINADO IODADO 1KG	25010020	060	5405	KG	18,0000	1,8600	33,48	0,00	0,00	0,00		0,00	
24	VINAGRE DE ÁLCOOL 500ML	07133399	060	5405	UND	16,0000	4,0000	64,00	0,00	0,00	0,00		0,00	

# DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS ATRAVÉS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLÁR - PNAE E SEUS PROGRAMAS RELACIONADOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICIPIO DE VARJOTA - CE.

RECEBEMOS DE JOAO HELIO MARTINS DE ANDRADE L'IDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 21/02/2025 VALOR TOTAL: R\$ 11.935,08 DESTINATÁRIO: MUNICIPIO DE VARJOTA - R ARTUR RAMOS, 232 CENTRO

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

VENDA DE MERCADORIA

NF-e

Nº. 000.000.006 Série 001

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

08:33:00

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

## JOAO HELIO MARTINS DE ANDRADE LTDA

AV TABELIA E PREFEITA MARIA ARLINDA DE PAULA LOBO, 203 SENADOR FRANCISCO MENESES PIMENTEL - 62280-000 Santa Quiteria - CE Fone/Fax: 8521804355

### DANFE

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA 1 - SAÍDA



FONE / FAX

Nº. 000.000.006 Série 001 Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT

2325 0257 3168 1900 0180 5500 1000 0000 0610 2001 0032

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

223250018263373 - 21/02/2025 09:20:50

CNPJ / CP

ÎNSCRIÇÃO ESTADUAL

069206473

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

INSCRIÇÃO ESTADUAL 072155205 57.316.819/0001-80 DESTINATÁRIO / REMETENTE CNPJ / CPF DATA DA EMISSÃO NOME / RAZÃO SOCIAI MUNICIPIO DE VARJOTA 07.673.114/0001-41 21/02/2025 BAIRRO / DISTRITO DATA DA SAÍDA/ENTRADA ENDERECO R ARTUR RAMOS, 232 CENTRO 62265-000 21/02/2025

CE

Var<u>jota</u> **PAGAMENTO** Outros Forma R\$ 11.935,08

CÁLCULO DO IMPOSTO BASE DE CÁLC. DO ICMS VALOR DO ICMS

NATUREZA DA OPERAÇÃO

MUNICÍPIO

BASE DE CÁLC. ICMS S.T. VALOR DO ICMS SUBST. V. IMP. IMPORTAÇÃO V. ICMS UF REMET. V. FCP UF DEST. VALOR DO PIS V. TOTAL PRODUTOS <u>0,</u>00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 11.935,08 OUTRAS DESPESAS VALOR TOTAL IPI VALOR DO FRETE VALOR DO SEGURO DESCONTO V ICMS HE DEST V TOT TRIB VALOR DA COFINS V. TOTAL DA NOTA 0,00 0,00 0,00 0,00 11.935,08 0,00 0,00 0,00 0.00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS CÓDIGO ANTT PLACA DO VEÍCULO UF CNPJ / CPF RETE 9-Sem Transporte ENDERECO MUNICÍPIO UE INSCRICÃO ESTADUAL QUANTIDADE ESPÉCIE MARCA NUMERAÇÃO PESO BRUTO PESO LÍQUIDO

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS CÓDIGO PRODUTO DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO NCM/SH O/CST CFOP UN QUANT AÇÚCAR CRISTAL BRANCO 1KG 17019900 060 5405 KG 30,0000 6,1000 183,00 0,00 0,00 0,00 0,00 01 ALHO AMASSADO SEM SAL 410G 07032090 5405 UND 19,0000 24,5000 465,50 0,00 0,00 0,00 02 060 0,00 03 ARROZ BRANCO TIPO 1 LONGO FINO 1KG 10063021 5405 52,0000 8,2000 426,40 0,00 060 KG 0,00 0,00 0,00 ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1 LONGO FINO 04 5405 8,4000 327,60 0.00 0.00 0.00 10063021 060 KG 39,0000 0.00 05 BISCOITO DOCE 350G 60,0000 0,00 0,00 19053100 060 5405 PC 8,0000 480,00 0,00 0,00 BISCOITO TIPO CREAM CRACKER 350GRS 19053100 5405 8,0000 0,00 06 060 PCT 87,0000 696,00 0,00 0,00 0,00 CARNE BOVINA 1°MOÍDA CONGELADA 1KG 07 16010000 060 5405 KG 37,0000 37,0000 1.369.00 0.00 0.00 0.00 0.00 CARNE DE SUÍNO CONGELADA 02063000 5405 29,0000 35,5000 1.029,50 0,00 0,00 08 060 KG 0.00 0.00 COLORÍFICO 100G 21039021 5405 1,5000 0,00 0,00 0,00 09 060 PCT 52,0000 78,00 0,00 10 CURAU COM FLOCOS DE MILHO 19019090 060 5405 29,0000 26,5000 768,50 0,00 0,00 0,00 0,00 KG FARINHA DE TRIGO 1KG 11010010 5405 KG 13,0000 130,00 0,00 060 10,0000 0.00 0.00 0.00 FLOCÃO DE MILHO 400G 11041900 5405 122,0000 305,00 0,00 0,00 0,00 0,00 060 2,5000 12 PCT LEITE EM PÓ INTEGRAL 500G 04022110 5405 52,0000 38,4000 .996,80 0,00 0,00 0,00 13 060 PCT 0,00 14 MACARRÃO TIPO ESPAGUETE 400G 19021900 060 5405 147,0000 5,4000 793,80 0,00 0,00 0,00 0,00 PCT MILHO VERDE 170 GRS 5405 UND 168,00 0,00 20058000 060 20,0000 8,4000 0.00 0.00 0.00 15 ÓLEO DE SOJA REFINADO 900ML 15079019 5405 14,0000 240,80 0,00 0,00 0,00 0,00 060 GR 17,2000 16 PEITO DE FRANGO COM OSSO 1KG 02071411 5405 98,0000 24,5000 2.401,00 0,00 0,00 0,00 17 060 KG 0,00 18 SAL REFINADO IODADO 1KG 25010020 060 5405 KG 13,0000 1,8600 24,18 0,00 0,00 0,00 0,00 22090000 19 VINAGRE DE ÁLCOOL 500ML 060 5405 UND 13,0000 4,0000 52.00 0.00 0.00 0,00 0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS ATRAVÉS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLÁR - PNAE E SEUS PROGRAMAS RELACIONADOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICIPIO DE VARJOTA - CE. Valor Aproximado dos Tributos: R\$ 0,00